

EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA SOCIEDADE DIGITAL: LUZ E SOMBRAS QUE ESPELHAM AS VIAS DICOTÔMICAS ENTRE REGULAÇÃO E A EMANCIPAÇÃO.

*Ronaldo Nunes Linhares¹
Maria Conceição Silva Linhares²*

As Tecnologias da Informação e da Comunicação mediadoras de processos informacionais e comunicacionais na contemporaneidade acomodam na sua estrutura técnica e informacional efeitos de luz e sombra, possibilidades liberadoras e reguladoras, cujos resultados irão depender do foco, da intensidade de luz e sombra e do lugar onde a informação será projetada, as possibilidades de acesso e da forma de sua utilização. Condições que contribuem para que os efeitos dessa organização tanto possam criar significados perversos e pesados, como românticos e leves, densos e profundos.

Esse artigo tem o objetivo fazer uma reflexão acerca das Tecnologias da Informação e Comunicação considerando as contradições que a informação encerra no desenvolvimento da chamada sociedade da informação de sua transformação mercadológica no cenário informacional contemporâneo e da perspectiva da emancipação. Se propõe também repensar a relação da educação com as tecnologias digitais na cibercultura e a importância da escola como um lugar privilegiado no processo de uso dessas tecnologias para a emancipação.

INTRODUÇÃO

Conhecimento e saber são expressões e relações entrepostas a informação devido à capacidade humana de

1 Universidade Tiradentes

2 Universidade Federal de Sergipe

cognitivamente armazená-la, processá-la, relacioná-la e comunicá-la. Conceder ao homem informação acerca das coisas, dos fenômenos e dos determinantes que envolvem a realidade social e através dela corroborar para que haja compreensão e reflexão crítica é de modo geral, possibilidade para compreender a realidade e agir sobre ela.

A necessidade de informação sob essa perspectiva é campo para a comunicação e atuação do homem em sociedade e um elemento importante no processo de comunicação escolar. Historicamente, tal assertiva é demonstrada nas experiências de luta de classes em que a informação e a comunicação tiveram relevância no processo de formação política e organização dos trabalhadores. Tarefa em que os instrumentos de comunicação tiveram um papel de destaque no decurso das ações de conscientização dos trabalhadores.

O jornal, por exemplo, utilizado no processo de organização do operariado na Revolução Russa, além da função de propagandista e de agitador entre as massas serviu de organizador de ideias revolucionárias contra o autoritarismo do poder Czarista da Rússia. Lenine (1975, p. 15) ao se reportar a uma fase de transição e retrocesso do Partido Operário Social-Democrata da Rússia acerca de formas de trabalho disperso, de organizações locais isoladas, acentua a necessidade do jornal como meio para unificar a luta pela liberdade política.

Também no Brasil, os vinte primeiros anos do século passado a mediação dos impressos, jornais, panfletos e cartilhas contribuíram para divulgar os ideais anarquistas e comunistas para as classes trabalhadoras no recém iniciado processo de industrialização, desenvolvendo práticas educativas que envolviam a leitura, a discussão coletiva e a comunicação social como fundamento para a organização de classes.

Acomoda-se sob essa perspectiva, o potencial emancipador da informação, no qual rege-se a necessidade de sua transmissão, socialização e problematização como possibilidade de compreensão da totalidade que estrutura a realidade social. Desse modo, o acesso ao saber por meio da

informação como subsídio crítico à realidade pode tornar as pessoas conhecedoras dos condicionantes históricos que regem as relações sociais, como os que estão por trás dos problemas que sentem e vivenciam na experiência real; conhecimento que na maioria das vezes lhes dá a condição para o enfrentamento aos mesmos através da reflexão crítica e da conscientização.

A necessidade de informação e conhecimento como via de esclarecimento e superação aos mecanismos opressores possibilitados pela reflexão crítica e conscientização são elementos propulsores à emancipação. A emancipação, fundamenta a formação política, social e cultural do homem que constrói um projeto de sociedade esclarecida e emancipada.

INFORMAÇÃO NA CULTURA DIGITAL: EXERCÍCIOS E PRÁTICAS DE REGULAÇÃO OU EMANCIPAÇÃO

Na cibercultura, os meios de comunicação, especialmente os digitais, como os que compõem a rede internet, pela sua arquitetura descentralizada, composta de múltiplas fontes de emissão, disponibilização ininterrupta de dados, sons e imagens e simultaneidade de informações e interações (Moraes, 2007), além do baixo custo de seus serviços, dentre a sua variedade de usos, podem servir à realização de experiências alternativas e contra-hegemônicas. Experiências que direcionem os indivíduos, os receptores dos produtos culturais contemporâneos ao questionamento a temas conflitantes que dentro da perspectiva da totalidade protagonizam com processos, contradições, determinações e mediações que envolvem a situação concreta da vida social, como por exemplo, “o neoliberalismo, a globalização e seus efeitos anti-sociais” (MORAES, 2007, p. 4).

Urge, portanto, a necessidade dos indivíduos, na posição de receptores ativos dessa conjuntura, por serem acometidos por ela, utilizarem os diversos meios de informação e comunicação, inclusive, os ambientes e recursos midiáticos da internet e suas redes sociais pelos motivos já apontados

aqui para discutir e inquirir a realidade. Processo político essencial à criação de novos significados aos disseminados hegemonicamente com correspondência a novos horizontes voltados à transformação da realidade.

A busca do contrassenso relacionada à informação e a comunicação sob essa perspectiva, nos ajuda segundo Moraes (2010) a compreender os jogos que atravessam o consenso da classe hegemônica e que condicionam a sua produção e divulgação, interferindo na conformação do imaginário social e nas disputas de sentido e de poder na contemporaneidade. Para fazer valer os interesses dominantes, convergentes a lei de mercado, “*locus*” privilegiado nos padrões de sociabilidade, comunicação e cultura na sociedade capitalista, faz-se necessário alterar as formas de percepção do real através da manipulação e falseamento da informação.

Atribuir valor econômico a informação manifestada sob a forma de controle é situada historicamente conforme Tauille (1981) desde a organização inicial dos mercados e estabelecimento do sistema capitalista de produção.

De posse das informações estratégicas sobre o funcionamento dos mercados, os capitais mercantis passaram a penetrar na produção de modo a organizá-la segundo seus interesses, moldes e objetivos, já que com o crescimento dos mercados não se podia mais depender da eventual comercialização de um excedente produzido segundo uma lógica não capitalista (destinado, por exemplo, a ser pago como tributo ao senhor da terra) (TAUILLE, 1981, p. 91).

Tal transformação de acordo com Tauille (1981) e Bolaño (2000) desapropriou o conhecimento do artesão. As alterações no processo de trabalho daí decorrentes caracterizam-se por uma relação de desigualdade, situação que se manifesta no processo de informação e comunicação que se dá, na interpretação de Bolaño (2000), de forma hierarquizada,

objetiva, direta, unidirecional e não mediada. Modelo em que o trabalhador assume apenas a condição de receptor passivo no interior do processo comunicativo e os meios de comunicação não realizam a mediação da comunicação conforme o significado de sua função. Eles funcionam apenas como suporte ao modelo ora apresentado. A execução desse modelo de recepção é tributária de um processo cultural amarrado a uma questão econômica determinada pela mercadorização da informação e da comunicação, circunscrita, portanto ao contexto sociocultural específico, donde se logra a sua função.

A informação mediada pelos desenvolvimentos técnicos com essa função conjectura com muita força o conhecimento-regulação, um conhecimento que se articula como sinônimo de poder, essencialmente, econômico e político para controlar os fluxos informacionais direcionados aos interesses do mercado e do capital. Depreende desse movimento, a emissão de um conhecimento político que leva à despolitização dos receptores.

Nesta direção, Enzensberger (2003, p. 15) anuncia que é preciso que estas organizações contornem sua visão ambivalente tecida entre o medo e a obsolescência a respeito das novas mídias com estratégias de uso criativas tecidas através “do desencadeamento das forças de emancipação embutidas nessas novas forças produtivas”³. No nosso entendimento esta é uma mudança necessária, haja vista que quando se mantem presos ao uso de mídias e tecnologias de distribuição de informação e não de comunicação ultrapassadas à cultura contemporânea revela o atraso da comunicação na educação.

Os significados e valor atribuídos à informação como agente potencializador de aprendizagem e de comunicação são influenciados pelos determinantes sociais, políticos, econômicos e culturais que a envolve, fatores que propiciam

³ Para Enzensberger (2003) as novas mídias são as novas forças produtivas da indústria da consciência com maior velocidade e maior alcance que outros setores da produção.

a possibilidade de uma falsa realização, apresentada como simulacro, uma visão de semelhança de realização na aparência, mas não na essência.

O valor e os usos do desenvolvimento técnico e científico são também expressões desses determinantes - encurtam distâncias, maximizam o tempo, flexibilizam processos, controlam fluxos e mecanismos consoantes à experiência humana focalizada na referência socioeconômica em que vive e atua. Assim, os efeitos e os feitos destes desenvolvimentos é a expressão do sujeito inserido na história e que afetado por ela cria coisas, linguagens e processos, técnicas e tecnologias que reverberam em seu pensamento e posicionamento. Torna-se assim, elemento de cultura.

Contudo, no âmbito da produção da informação circunscrito como mercadoria, Bolaño adverte que há nesse processo, uma contradição imanente, visto que em “todo desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo, abre inegáveis possibilidades liberadoras, enquanto esse próprio desenvolvimento serve, em última instância aos interesses do capital” (BOLAÑO, 2000, p. 25, 26).

Nesta direção situam-se as TDIC, modernas forças produtivas do século XXI, que por serem convergentes, como assinala Lima (2002, p. 181) “as tornam fator de produção do capital globalizado e permite adequarem-se à hierarquia do sistema capitalista e se estruturam de forma anárquica e caótica o que favorece a construção de práticas horizontais, cooperativas e de solidariedade das relações sociais”.

Como se vê apesar das novas tecnologias acomodarem vínculos e proposições que servem para enredar e fortalecer a teia do capital, alternativas, possibilidades e forças contrárias se tecem, se organizam e criam espaços para a produção de informação e comunicação noutra dimensão, noutro formato e com outros ideais, mais humanitários e políticos.

Desse modo,

independente das novas formas de hegemonia baseada no controle das redes, novos espaços se abrem para a ação coletiva. As forças vivas da sociedade civil procuram fazer o fabuloso potencial das tecnologias da informação e da comunicação escapar da lógica do desenvolvimento desigual e do imperativo de segurança da Global War para investi-lo em uma sociedade na qual o conhecimento seja compartilhado por todos (MATTELART, 2006, p. 65).

É desdobramento para esse devir, a própria consciência do processo abre possibilidades para a crítica, o dissenso e o engajamento político; ações e percepções que proporcionam a troca de informações, ideias e posições que ultrapassam a mera relação econômica que o motiva e passa a satisfazer outras necessidades humanas concretas.

Esse movimento de limites e possibilidades, avanços e retrocessos, liberação e regulação e contradições fica claro que as tecnologias e as mídias por si mesmas não produzem informação, portanto, não determinam o tom ideológico de sua composição, tal função é exercida pelos produtores, articuladores e mediadores da informação, são eles, os agentes mas a organização em rede seja para o consumo ou produção da informação alteram os modos de fazer e de ser e assim, torna-se fator de cultura (Lima, 2002).

LUZ E SOMBRAS DO DIGITAL: DICOTOMIA ENTRE REGULAÇÃO E EMANCIPAÇÃO

Na obra “A questão judaica [Die Judenfrage]”, escrita no final de 1843, Marx conduz uma crítica a Bruno Bauer por reduzir a emancipação à condição de que todos tenham direitos comuns como cidadãos perante o Estado. Para Marx essa concepção acende a ilusão da igualdade pela emancipação porque este tipo – emancipação política é administrada sob os limites do Estado, que institui direitos para a generalidade da vida política, do homem enquanto cidadão, mas não inclui os

direitos para a particularidade da vida civil, do indivíduo, na sua vida concreta, necessitada de condições materiais e sociais.

Assim, segundo Marx, a emancipação política é parcial e abstrata porque não dá conta das desigualdades reais na sociedade civil, muito embora, seja um avanço por igualar os indivíduos como cidadãos dotados de direitos universais. Para ele, o movimento capaz de trazer a igualdade e enfrentar a vida oprimida na sociedade civil [leia-se burguesa] é a emancipação humana.

Posteriormente, o filósofo também alemão Theodor Adorno (1995), enfatiza que o esclarecimento é essencial para a emancipação numa sociedade que vive sob o imperativo do desenvolvimento tecnológico, o qual se transformou em instrumento utilizado pela indústria cultural⁴ para conter o desenvolvimento da consciência das massas.

A sujeição dos homens aos mecanismos impostos pelo sistema na visão de Adorno acontece em sociedades cujos indivíduos são semiformados porque são desprovidos de uma educação política pela via da crítica e da auto-reflexão, competências que lhes permitem traçar limites e interpretar os processos sociais, políticos e econômicos de uma determinada realidade.

Noutras palavras, a semiformação representa a tragédia da formação na sociedade capitalista fundada na falta de racionalidade na experiência formativa em trabalhar dialeticamente a razão com vistas à emancipação. Tragédia entendida por Adorno como barbárie, como cegueira política e encantamento às égides dominantes demarcadas pela lógica de mercado.

A superação desse processo, na visão do autor, só pode ser atingida pela educação focando na formação cultural,

⁴ Termo cunhado por Adorno e Horkheimer representando um conjunto de mecanismos de dominação da consciência humana à manutenção de determinantes do sistema que a envolve – interesses, racionalização instrumental, uso do poder, da violência, do consumo e do lucro.

como meio de produção de uma consciência verdadeira, como experiência política e emancipatória capaz de desvelar os mecanismos de dominação e de alienação que regem a realidade social.

A emancipação como processo político e social manifestado pela conscientização também reflete no pensamento do filósofo e educador brasileiro Paulo Freire, o qual se apresenta como síntese de um estado de liberdade do homem e este em essência, revolucionário pela compreensão da realidade e da necessidade de sua transformação.

Para Freire (1987), o estado de opressão e dominação no qual vivem as pessoas submetidas à adaptação as condições socioculturais do mundo em que vivem, pode ser alterado pelo próprio ser, em comunhão com os seus pares envolvidos com os elementos culturais que o cerca através de uma educação como prática de liberdade. Projeto que tem como essência, um processo humanizador possibilitado pela busca e conhecimento através de práticas reflexivas que orientam a desocultação da realidade, revelando as condições de sua existência concreta e a necessidade de sua transformação.

Com base nesse quadro acerca da emancipação, no qual estão presentes elementos para o desenvolvimento cultural, social e político do homem nos direciona a afirmar que a carência de informação valorativa à sua formação enquanto dispositivo à compreensão de si mesmo e do mundo a sua volta é via para a alienação. Proposição conduzida, por exemplo, pela não disponibilidade de acesso a versões e abordagens variadas de informação, para além da editada pelos meios e instituições liberais e também pela privatização da informação, como mecanismo de reter a um determinado grupo.

Contudo, o seu contrário, o excesso de informação pode convergir ao mesmo fim quando em função da prevalência da quantidade, o aligeiramento e a superficialidade do conteúdo apresentado comprometem as elaborações reflexivas sobre a realidade. A produção e a socialização de informação nas/pelas tecnologias digitais, como os recursos e ambientes da internet

é um recorte expressivo desse movimento, pois ao mesmo tempo em que oferecem possibilidades diversas no âmbito da produção, consumo e distribuição e potencializa conforme Linhares (2008, p. 22) “novas formas de saber e fazer, na trilha da colaboração, do compartilhamento de ideias, valores, culturas ampliando as percepções do mundo, do outro e de si mesmo”. No entanto, “esse sistema de informação pode gerar um movimento oposto quando produz uma avalanche de informações superficiais que dificultam a absorção ou crítica por parte do usuário” (Andrade, 2010, p. 7).

A abundância de informação gerada e socializada no espaço digital, como em sites, blogs e redes sociais ao mesmo tempo que potencializa a democratização da informação, mecanismo cultural de acesso ao saber, pode representar também escassez de informação que leve ao conhecimento e a conscientização - subsídios para analisar criticamente a realidade e identificar nela, os processos reguladores e emancipadores que a constitui retratada no desconhecimento dos direitos, processos, fenômenos, entraves e contradições que historicamente regem as relações sociais em todos os espaços de sociabilidade humana, inclusive, no ciberespaço.

Para Area e Pessoa (2012, p. 14) essas tecnologias

[...] provocaram ou pelo menos aceleraram uma revolução de amplo alcance em nossa civilização que gira em torno da transformação de mecanismos de produção, armazenamento, divulgação e acesso à informação; nas formas e nos fluxos comunicativos entre as pessoas; assim como, nas linguagens expressivas e representativas da cultura e do conhecimento⁵.

5 [Las TIC] han provocado, o al menos han acelerado, una revolución de amplio alcance en nuestra civilización que gira en torno a la transformación de los mecanismos de producción, almacenamiento, difusión y acceso a la información; em las formas y los flujos comunicativos entre las personas; así como en los lenguajes expresivos y de representación de la cultura y el conocimiento.

Conforme os autores supracitados, as mudanças provocadas pelos novos meios se diferenciam dos objetos culturais anteriores, situados no período da modernidade *sólida* em contraposição a modernidade *líquida*, metáfora usada por Bauman (2001) para expressar a fluidez dos processos culturais que envolvem a vida humana no presente, marcada pelo imediatismo, consumismo e individualismo.

A metáfora da fluidez da sociedade líquida é demonstrada entre outras coisas, nos modos de saber, fazer, informar e comunicar no ciberespaço, cuja realização é determinada pela rapidez e instantaneidade dos processos. Qualidades que determinam a efemeridade da existência das coisas, das informações, dos conhecimentos e das relações e desse modo passageiro de existir, a noção espaço-temporal é alterada e com ela surgem novas formas de ver o mundo e socializar seus objetos culturais, a exemplo, da informação.

A cultura digital nesse contexto na interpretação de Area e Pessoa (2012, p. 14) “é um fluido de produção de informação e conhecimento instável, em mudança permanente, em constante transformação⁶”, pois no mundo líquido tudo é efêmero, passageiro e em permanente transformação. Uma relação com o tempo “completamente oposta àquela da cultura burguesa, que quer posse, ou seja, duração e, se possível, eternidade” (Enzensberger, 2003, p. 41).

De qualquer modo, a dinâmica de fazer, saber e comunicar no meio líquido como o digital impulsiona a necessidade de compreender o seu dinamismo, a sua lógica de funcionamento e dentro dela, a da informação, seus fluxos, limites e transformações. Conhecimento necessário não somente para usar suas interfaces e linguagens, mas também para servir-se adequadamente dos processos informativos e comunicativos nele enredado.

⁶ es un fluido de producción de información y conocimiento inestable, en permanente cambio, en constante transformación [...].

Compreender a dinâmica da cultura digital é essencial para o receptor da informação do século XXI, um sujeito que vive culturalmente rodeado por diversas linguagens, formas de expressão e representação do conhecimento através das tecnologias de informação e comunicação. Tecnologias compostas de interfaces abertas que possibilita ao usuário o manuseio da informação e com/nesse movimento potencializar o desenvolvimento de ações cognitivas e comunicativas que a transforme em conhecimento.

Somam-se às condições de transformação a partir da informação, processo no qual está implícito, a inter-relação com o conhecimento e a comunicação, a necessidade de saber distingui-la ante o arsenal disponível no ciberespaço. Para tanto, o movimento cognitivo de saber buscar, selecionar e analisar a informação de acordo com o propósito da sua ação pode ser essencial para tal aquisição e para a não subordinação a toda e qualquer informação sem compreensão e reflexão.

Sob essa perspectiva, informação é constitutiva de poder, pois dela gera o conhecimento sobre as coisas e as contradições que as envolve. Ter informação/conhecimento acerca das coisas e das relações nelas engendradas é o fio condutor e também mediador para desvelar a realidade na sua aparência e chegar a sua essência. Conhecimento que dá aquele que o detém, condições para ponderar, questionar, analisar, criticar, dentre outras ações subjetivas que em confronto com a realidade objetiva, possibilita o conhecimento das determinações que a constitui.

Os espaços sócio educativos e constitutivos do saberes, em especial a escola, é campo de semeadura [mas não único] para o poder emancipatório emanado pelo conhecimento se desenvolver, visto que no ato de ensinar conforme anuncia Gaudêncio Frigotto (2017, p. 31) está implícito o ato de educar e este como mediação complexa da formação humana envolve “o confronto de visões de mundo, de concepções científicas e de métodos pedagógicos, desenvolver a capacidade

de ler criticamente a realidade e constituírem-se sujeitos autônomos”.

Esses elementos de dimensão política estão presentes na concepção de educação defendida por Freire na qual o ato de educar pressupõe a leitura de mundo, o que significa a compreensão pelos sujeitos dos diferentes contextos em que estão inseridos como preparação à superação das relações de exploração e opressão em que vivem na sociedade. Logo, a ação de educar pressupõe uma necessidade ontológica na perspectiva do devir, na formação de sujeitos políticos em constante busca de liberdade e esperança.

A educação na perspectiva freireana se configura como uma rede de saberes, de relações e de comunicação cuja conexão entre os fios deve ser realizada pela relação dialógica entre os participantes e o meio cultural que os envolvem como também pelas necessidades sociais e culturais sentidas e percebidas pelos sujeitos. A atenção às mudanças sociais no seu tempo histórico é elemento fundamental para formação com vistas à emancipação.

A teoria de conhecimento desenvolvida por Freire tem na comunicação como diálogo o seu cerne. Logo, as tecnologias, entendidas como criação humana para facilitar a mediação com o mundo, podem servir a esse propósito, especialmente, as mídias digitais com suas configurações interativas. Esta pressuposição é defendida por Venício Artur de Lima, no livro “Comunicação e cultura: as ideias de Paulo Freire” (2015) quando discute a importância de Freire para os estudos de comunicação hoje. Assim, diz o autor:

Se até recentemente esse modelo parecia inadequado para qualquer tipo de aplicação no contexto da chamada “comunicação de massa”, unidirecional e centralizada, hoje a nova mídia reabre as possibilidades de um processo dialógico mediado pela tecnologia. [...] (LIMA 2001, p. 51 apud LIMA, 2015, p. 21-22).

De acordo com o autor, a nova mídia renova a proposição dialógica necessária à construção do conhecimento e da comunicação como diálogo, como propõe Freire, a exemplo, das redes sociais digitais que potencializa a interação permanente e em sincronia direta com o ato comunicacional. Mas para que o vir a ser com essa proposição se realize, faz-se necessário retomar as reflexões freirianas como referência desafiadora para pensar as novas tecnologias de comunicação e os mecanismos de regulação na mediação da informação, do conhecimento e da comunicação.

Este processo, para Linhares (1999, pag. 40) exige da comunicação o domínio da subjetividade no processo de argumentação racional.

A Internet possibilita a expansão social da racionalidade, e permite reforçar as possibilidades de consenso - mesmo que este consenso já não corresponda mais ao sonho burguês da maioria, e seja apenas grupal. (...) Esta prática se constrói a partir das relações dialógicas. (...) São, em suma, novas redes interativas de sociabilidade.

Essa compreensão é importante, haja vista que o uso das tecnologias no contexto escolar nem sempre persegue a rota do diálogo entre os sujeitos mediado pela informação/objeto de conhecimento considerando as necessidades do educando e do contexto em que vive e atua, mas sim, a de um ideário de educação – leia-se escolarização – pautado nos limites da instrução de conteúdos escolares e desfocada da análise crítica da realidade.

Assim, como as metodologias de ensino, o modelo de avaliação e outros processos no contexto escolar, o uso das tecnologias digitais na cibercultura, sua concepção, seja como meio ou instrumento, com ideologia conservadora ou como dispositivo emancipador na mediação da informação, do ensino e da aprendizagem situa-se de acordo com a concepção e organização educacional que a escola adota.

Na concepção gramsciana, a escola é um dos organismos que compõe a esfera da sociedade civil, assim como a igreja, o partido político, o sindicato, os movimentos sociais, os meios de comunicação, dentre outros que atuam na sociedade na busca em superar os elementos coercitivos e persuasivos impostos pela esfera da sociedade política⁷ em prol dos interesses da classe dominante. Intervenção que concebe ao Estado uma visão ampliada do seu papel [Estado ampliado], pois ao mesmo tempo em que detém o monopólio da coerção e da violência em favorecimento aos interesses da classe dominante faz uso da persuasão para o consentimento dos dominados – função que executa com a participação dos organismos privados da sociedade civil – e contempla também os interesses dos trabalhadores a partir de um longo processo de lutas e reivindicações⁸.

Deste ponto de vista, os condicionantes sociopolíticos e culturais da sociedade capitalista que atravessam a escola [e também os outros organismos] regulando e direcionando as suas práticas, informações e concepções podem ser contestados, criticados, pressionados e até rompidos se esta enquanto coletivo de sujeitos estabelecerem no processo de luta, o consenso e a direção ético-política que se quer trilhar.

Assim, os docentes com outra visão de mundo e de concepção de educação e comprometimento político, diante das possibilidades e brechas que se abrem dentro da lógica instituída podem, num processo de luta, inter/romper/conduzir/inserir com a concepção estabelecida e instituir outras, de dimensão educacional e política diferente daquela orientada pela instituição e as políticas que a subsidia

⁷ Para Gramsci o Estado é formado pela sociedade civil e pela sociedade política. A primeira diz respeito ao conjunto de organismos chamados privados e a segunda é formada pelos aparelhos coercitivos como a burocracia, as forças armadas.

⁸ O Estado do Bem-Estar Social (*Welfare-State*) é um exemplo de Estado Ampliado - Foi um Estado que transformou muitas demandas sociais em direitos.

com perspectivas de um ganho coletivo legitimado pelo envolvimento dos alunos com as novas práticas e perspectivas.

Para Snyders (1981) se a escola, por um lado, participa dos processos de reprodução da sociedade capitalista, porque no bloco histórico onde é hegemônica a ideologia burguesa, por outro, ela pode participar também dos processos de transformação da sociedade capitalista, aproveitando os espaços de contradição no interior das escolas, principalmente quando a hegemonia se dá por consenso, e auxiliando os alunos a terem desvelada a ideologia dominante e, assim, tendo abertas, diante de si, possibilidades de elaborar um pensamento contra-hegemônico ou contra-ideológico.

As Tecnologias de Informação e Comunicação, especialmente, as digitais, devido o seu caráter interativo, podem servir a esse processo como mediadoras das diferentes vozes que problematizadas consensualmente posicionam-se, reclamam, contestam, protestam, informam e formam ante as determinações do real. Estas ações e expressões como possibilidades de articulação na rede demonstram que nesta infovia, o movimento informacional e comunicacional pode ser dinâmico, colaborativo e político servindo à conscientização dos que nela tecem. Proposição confirmada por Lima (2002, p. 11), ao dizer que o aspecto interativo dessas tecnologias “trás embutido [...] a possibilidade de novas formas de elaboração da subjetividade e, em especial, de uma comunicação liberadora” [...].

Desse modo, a arena de possibilidades das TDIC e junto a elas, da informação e da comunicação serve de alicerce à mediação de uma educação emancipatória que desenvolva uma nova visão de homem e de mundo como acentua Freire e, portanto, uma nova cultura, “necessária à crítica à ordem das coisas” (SIMIONATTO, p. 43) como propunha Gramsci⁹. Mas também para outros modelos de educação e concepção

⁹ Para Gramsci, a cultura é um espaço de desenvolvimento da consciência crítica do ser social que o torna capaz de intervir na realidade.

de tecnologias como já anunciamos, reprodutores de uma educação em que a informação e o conhecimento transmitidos e produzidos são vinculados de alguma forma à adaptação à base cultural em que repousa o Estado. Contraditoriamente, um modelo/concepção que ameaça o direito da escola cumprir a sua função social de educar amparada, inclusive, pelas leis que [Constituição Federal e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB] se posicionam a favor do acesso a informação, ao pluralismo de ideias, ao desenvolvimento da autonomia intelectual e a formação política de seus educandos.

O projeto de educação com mediação reprodutora da ideologia dominante segue na contramão de atribuir poder de crítica ao cidadão pela via da (in)formação, do conhecimento e da comunicação como síntese do processo de libertação. Converte de algum modo, ao processo hegemônico da informação e da comunicação na sociedade capitalista, em que o detentor do conhecimento, geralmente aquele que tem condições materiais e intelectuais para a sua apropriação emana a outros, os desfavorecidos, uma visão das coisas e do mundo pautada nos seus interesses tanto individuais como de classe. Tenta-se tanto de modo prático como ideológico conduzir, manipular e conformar o enfoque em que as coisas, as ideias, os valores e a cultura devam ser vistos e apropriados.

Nesse sentido, a mediação “como dispositivo de viabilização e legitimação da hegemonia” (BARBERO, p. 204 apud SIGNATES, 1998, p. 24) pode ser realizada pela busca do consenso, processo que para Ivete Simionatto (1998) fundamentada em Gramsci tem a função ideológica de dirigir e naturalizar as vontades de um grupo sobre o outro, como a dos grupos dominantes sobre os trabalhadores. Para Gramsci, a hegemonia,

não deve ser entendida nos limites de uma coerção pura e simples, pois inclui a direção cultural e o consentimento social a um universo de convicções, normas morais e regras de conduta, assim como a destruição e

a superação de outras crenças e sentimentos diante da vida e do mundo (GRAMSCI, 2002b, p. 65 apud MORAES, 2010, p. 55).

Desse modo, a construção da hegemonia pressupõe não apenas a supremacia e o poder de uma classe sobre a outra, através de diferentes estratégias para modificar/direcionar mentalidades, o saber e o fazer sob o aporte das determinações históricas e da cultura estabelecida, mas pressupõe também segundo Moraes (2010, p. 55) “modificar mentalidades e valores, abrindo caminho a novas premissas éticas e pontos de vista, capazes de agregar apoios e consensos”.

Diante dessas perspectivas, a necessidade da formação de um contrassenso na direção de uma contra-informação ou contra-hegemonia se impõe, em torno do desenvolvimento de uma consciência política erigida por uma crítica transformadora que contribua para o combate à direção ideológica que rege o processo comunicacional da classe dominante e, conseqüentemente, ao modo de apropriação dos meios de comunicação frente a disseminação e inculcação de informação à manutenção de seus privilégios e interesses.

As Tecnologias da Informação e da Comunicação mediadoras de processos informacionais e comunicacionais na contemporaneidade acomodam na sua estrutura técnica e informacional efeitos de luz e sombra, possibilidades liberadoras e reguladoras, cujos resultados irão depender do foco, da intensidade de luz e sombra e do lugar onde a informação será projetada. Condições que contribuem para que os efeitos dessa organização tanto possam criar significados perversos e pesados, como românticos e leves, densos e profundos.

A GUIA DE CONCLUSÃO

Tomando de empréstimo um recorte da poesia “*Tecendo o amanhã*”¹⁰ de João Cabral de Melo Neto, um galo sozinho

¹⁰ Esse é um trecho da poesia *tecendo o amanhã*, que se encontra no Jornal da poesia disponível em: <<http://www.secrel.com.br/jpoesia/joao02.html>>. Acesso em 22 ago 2007.

não tece uma manhã...depende de uma organização em rede para formar a cadeia de sons, de força, de ritmo, de vontade, de informações para demarcar e controlar o seu território e o seu poder sobre ele e as outras espécies. Funciona como um arquétipo de um sistema de organização simbólico (Mattelart, 2006), neste caso, referente ao ritual à vida dos galos no amanhecer, regido por uma programação intuitiva que quando o primeiro galo entoa o seu canto, o seu grito de guerra e o lança a outros, a rede de informações, de relações e de comunicação necessária à vida da espécie e o seu fazer desde o amanhecer começa a se tecer.

Nesse sistema de organização em rede para o cantar no amanhecer, conectividade à informação se impõe como determinismo à vida, independente da diversidade cultural de onde vivem os galos, se na zona rural ou na zona urbana, ter acesso a informação e a capacidade técnica para espaiá-la e alimentar a sua troca, mesmo que mecanicamente atende às necessidades específicas da espécie; funcionalidade necessária para tecer a rede de cantar no amanhecer.

Metaforicamente essa é uma rede necessitada de reciprocidade de obrigações e interesses para fazer cruzar os fios de sol, potência inscrita em cada grito/canto dos galos que quando se cruzam liberam a sua força e esplendor.

De fato, a convergência digital presente nas tecnologias eletrônicas digitais o fluxo de informação tem-se generalizado. Se por um lado, a rede das redes possibilita a partir do cálculo matemático do algoritmo o fluxo da informação por outro a flexibilidade do fluxo informacional é apanhada pelo capital que vê na rede de convergência das tecnologias da informação com a comunicação

De fato, no ciberespaço as potencialidades técnicas das TDIC conformam um conhecimento pertence a todo mundo e que o conhecimento está baseado no hipertexto – há uma perspectiva das pessoas participarem mais igualmente de sua construção coletiva. É sob uma organização em rede que interagimos, compartilhamos, criamos, ensinamos e

aprendemos, ou seja, é sob esta organização de trocas, de conexões que tecemos a vida ou que a vida é tecida por ela. Assertiva ontológica que conduz a formação humana, porém é preciso construir uma crítica de que as relações, os discursos, as intenções, as trocas não são destituídas de intenções, algumas são forjadas mediante os interesses econômicos e políticos que os condicionam.

Desse modo, mesmo os elementos culturais, como as tecnologias digitais privilegiadas pela sua interface convergente e interativa e por essa feição, são considerados “*ágora*” à democratização pelas possibilidades plurais de socialização da informação, carregam desde a sua genealogia e em posteriores situações e aplicações uma carga semântica que direciona sua manifestação como luz e sombra no desenvolvimento de ações comunicacionais. Acomodam, portanto, possibilidades liberadoras e reguladoras, cujo norte da delimitação vai depender do foco, da intensidade de luz e sombra e do lugar onde a informação será projetada. Condições que contribuem para que os efeitos dessa organização tanto possam criar significados perversos e pesados, como românticos e leves, densos e profundos.

Sob esse enquadramento, a composição e a densidade de significados informacionais e comunicacionais com o uso de tecnologias e mídias digitais na cibercultura convergem ao fim do que se quer cultivar, alimentar, incutir, divergir, refletir, seja para a manutenção da grandeza do capital ou para suscitar e valorizar outro tipo de grandeza, de direcionamento ético e político à formação dos atores sociais.

Esse movimento de possibilidades contrárias entre si manifestadas nos processos/meios sociais e culturais através de formas abstratas e concretas imprime significados, valores, histórias e racionalidades consoante a sua função, ao objetivo da mediação e das determinações inscritas nas relações de poder que as subscrevem.

Acomoda-se na primeira perspectiva, a utilização da potencialidade técnica dos modernos meios tecnológicos para

difundir, representar e vender com rapidez, eficiência e urgência a informação, considerada capital, no âmbito das novas forças produtivas. As novas relações sociais e de produção resultantes das possibilidades tecnológicas das novas mídias compõem e acumulam cenas-espetáculos concomitantes a esta lógica; acumulam-se imagens-informações como mercadoria.

Quanto à segunda perspectiva, os novos meios tecnológicos, dentre eles, a internet pode acomodar processos de interação, colaboração e coprodução em que a troca de informação seja fonte de conscientização política dos sujeitos sociais, na medida em que contribua para a compreensão e aprofundamento de temas e situações que envolvam a realidade social e por este entendimento leve-os à mobilização e a transformação social.

Sob esse aspecto nasce a esperança de que o fazer/aprender na rede digital com o suporte da informática sirva para conjecturar um processo educativo emancipador, especialmente, pelas instituições comprometidas com o esclarecimento como a escola.

REFERÊNCIA

ADORNO, Theodor. Educação e emancipação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANDRADE, Polyana Bittencourt. **Informação fluida e conhecimento no ciberespaço**: uma análise do Portal Infonet – SE. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Natal-RN, 2010.

AREA, Manuel y PESSOA, Teresa. De lo sólido a lo líquido: las nuevas alfabetizaciones ante los cambios culturales de la web 2.0. **Comunicar**, 38, XIX, 2012.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOLAÑO, César. **Indústria cultural, informação e capitalismo**, São Paulo: Hucitec/Pólis, 2000.

ENZENSBERGER, Hans Magnus. **Elementos para uma teoria dos meios de comunicação**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: **Escola “sem” Partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2017, p. 17-34.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

LENINE, V. L. **Informação de classe**: a natureza classista da informação. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1975.

LIMA, Maria de Fátima Monte. **No fio da esperança**: políticas públicas de educação e tecnologias da informação e da comunicação. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia – Salvador-BA, 2002.

LIMA, Venício Arthur de. **Comunicação e cultura**: as ideias de Paulo Freire, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

LINHARES (a), Maria Conceição da Silva. **Comunicar é aprender**: as experiências de aprendizagem colaborativa via internet entre escolas de Aracaju. Dissertação (Mestrado em Educação) Núcleo de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe – Aracaju-SE, 2008.

LINHARES, Ronaldo N. (b), **Internet e Ação Comunicativa como elementos do Espaço Público sob uma perspectiva habermasiana**: crise e transição. USP/São Paulo, Revista Novos Olhares, nº 4, 2º semestre 1999. Link. <http://www.revistas.usp.br/novosolhares>

MARX, Karl. **A questão judaica**. Tradução de Artur Morão. Lusosofia: press, 1975. Disponível em: <http://metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/RFD/article/view/477>. Acesso em: 02 jan, 2018.

MATTELART, Armand. **História da sociedade da informação**. São Paulo: Ed.

Loyola, 2006.

MATTELART, Armand. Por uma arqueologia da “Sociedade da Informação”. In: BOLAÑO, César (Org). **Comunicação e a crítica da Economia Política**: perspectivas teóricas e epistemológicas. São Cristóvão: Editora UFS, 2008, p. 53-73.

MORAES, Dênis de. Comunicação alternativa, redes virtuais e ativismo: avanços e dilemas. **Revista de Economia Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación**, Aracaju, v.9, n.2, may-ago. 2007. Disponível em: <<http://seer.ufs.br/index.php/epitic/article/view/226/224>>. Acesso em: 20 jan 2018.

MORAES, Dênis de. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.4, n.1, p. 54-77, jan.-jun. 2010.

SIGNATES, Luiz. Estudo sobre o conceito de mediação. **Novos olhares**. São Paulo: CTR-ECA-USP, n. 2.2º semestre de 1998. p. 44.

SIMIONATTO, IVETE. O social e o político no pensamento de Gramsci. IN: AGGIO, Alberto (Org). **Gramsci**: a vitalidade de um pensamento. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. p. 37-64.

TAUILE, José Ricardo. Uma introdução à Economia Política da informação. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 89-108, 1981.

Submetido em:01/04/2018

Aprovado em: 18/04/2018

